

Educação
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso

AVISO

Procedimento concursal de regularização no âmbito do PREVPAP

1 — Ao abrigo do Despacho nº 8771/2018 de 9 de agosto da Senhora Diretora-Geral de Administração Escolar em regime de suplência, publicado em 14 de setembro de 2018 no Diário da República, 2ª série, nº178, foi autorizada a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a categoria e carreira de Assistente Operacional, através de procedimento concursal comum para o efeito restrito aos trabalhadores sem o vínculo jurídico adequado. Por despacho do Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso, de 18 de outubro de 2018, no uso das competências que lhe foram delegadas no supracitado Despacho, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste Aviso na página eletrónica do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, na BEP e na plataforma SIGRHE, o procedimento concursal para ocupação de sete postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Assistente Operacional. O procedimento concursal de regularização é um procedimento comum de recrutamento, sujeito ao regime e tramitação previsto na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/ 2014, de 20 de junho e na Portaria nº83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 145-A/2011, de 6 de abril, com as especificidades decorrentes da Lei nº112/2017, de 29 de dezembro.

2 — Os trabalhadores que vierem a adquirir o direito a celebrar contrato ficarão posicionados no nível 2 da tabela remuneratória única, com o vencimento de 580,00€.

3 — Requisitos: Serão liminarmente excluídas as candidaturas que não respeitem os requisitos previstos na legislação enquadradora.

4 — Formalização da candidatura: será formalizada eletronicamente, através da plataforma SIGRHE.

5 — Método de seleção: o método de seleção a utilizar será o da avaliação curricular, expresso numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar.

5.1 — Ponderações:

Habilitação Académica de Base (*HAB*) ou curso equiparado e Experiência Profissional (*EP*), de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{(HAB + 2 EP)}{3}$$

5.1.1 — Habilitação Académica de Base (*HAB*), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 Valores — 12º ano de escolaridade ou de cursos que lhes sejam equiparados ou habilitação de grau académico superior;

b) 16 Valores — 9º ano de escolaridade;

c) 14 Valores — Inferior ao 9º ano de escolaridade.

5.1.2 — Experiência Profissional (*EP*) — tempo de serviço no exercício das funções inerentes à carreira e categoria, de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 Valores — 6 anos ou mais de tempo de serviço no exercício de funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;
- b) 18 Valores — 4 anos ou mais de tempo de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria;
- c) 16 Valores — 2 anos ou mais de tempo de serviço no exercício de funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;
- d) 14 Valores — Inferior a 2 anos de tempo de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria;
- e) 10 Valores — Sem experiência profissional no exercício de funções inerentes à carreira e categoria.

6 — Critérios de desempate: em situação de empate entre os candidatos após aplicação dos critérios expressos no ponto anterior, serão utilizados ordenadamente os seguintes critérios:

- a) Candidato com maior número de dias de experiência profissional;
- b) Candidato com maior habilitação académica.

7—Composição do Júri: Presidente - Rosária Maria Gomes de Barros Pereira (Subdiretora); Vogais efetivos - Abílio António Leal Ribeiro (Adjunto do Diretor) e José Paulo Faria Fonseca (Coordenador dos Serviços de Psicologia e Orientação).

Vogais suplentes - Maria Inês da Silva Neto (Adjunta do Diretor) e Fernando Soares de Campos (Encarregado Operacional).

8 — Nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos elementos do método de seleção, a grelha classificativa e os sistemas de valoração final do método, desde que as solicitem.

9 — O presidente de júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

10 — Exclusão e notificação dos candidatos — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo;

11 — A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa com valoração às centésimas.

11.1 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação do Diretor, é afixada em edital nas instalações da Escola Sede do Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso e publicada na página eletrónica do Agrupamento (portal.tomazpelayo.com).

Santo Tirso, 19 de outubro de 2018. — O Diretor, Fernando Manuel de Almeida